

ELQ

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Propriedade, Administração e Redacção
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA
Director: António J. Lavouras Lopes

Composto e impresso nas oficinas
TIPOGRAFIA-ESCOLA DA A. D. F. A.
Rua da Artilharia 1

Comissão Militar de Reabilitação e Assistência

VISITA O LAR MILITAR

A Comissão Militar de Reabilitação e Assistência foi ao Lar Militar.

Elementos das F. A., constituindo uma Comissão criada por um Decreto-Lei deslocaram-se junto dos deficientes das F.A.. Trata-se de um acontecimento inédito, jamais visto antes do 25 de Abril de 1974 e nunca praticado depois desta data.

Um facto que merece grande relevo.

O significado e os resultados desta atitude no seu aspecto concreto, ainda não são conhecidas, mas os efeitos, no plano

moral e psicológico, são já bastante notórios. Gestos destes, se se repetissem e viessem dos vários sectores militares e civis, onde se situa a responsabilidade da situação dos deficientes das F.A., contribuiriam efectivamente para aquela tranquilidade e esperança de que tanto os deficientes carecem para enfrentar o futuro. Mas este gesto, único e isolado lançou já umas réstias dessa esperança. Isso viu-se, notou-se no rosto de todos aqueles homens, tetraplégicos, paraplégicos, cegos e amputados que, nas suas cadeiras de rodas e nas suas camas seguiam atentamente as palavras amigas do Presidente da C.M.R.A., que revelavam pontos de vista muito semelhantes aos deles próprios.

O Presidente da CMRA afirmou que estas reuniões se repetiriam. Esperamos que sim, que se repitam no Lar Militar e que tenham lugar noutros locais onde há deficientes das Forças Armadas.



Muitas injustiças a reparar

Foto Estudos ADFA

A surpresa foi mútua. Por um lado os D.F.A., mas nos próprios elementos da C.M.R.A. se verificava também um certo espanto ao ouvirem a exposição dos problemas dos deficientes com aquele ar de pro-

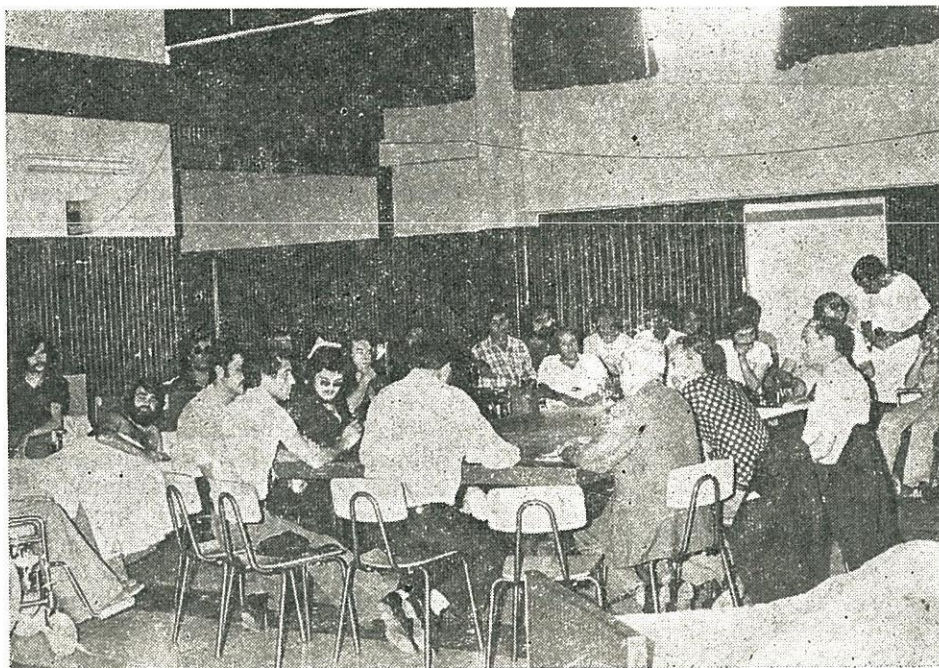
fundidade abatido pelo abandono, mas demonstrando força suficiente para lutarem pelos seus direitos e pela sua justiça.

Aqueles homens, nas suas cadeiras de rodas, foram os mesmos que estiveram na rua nos vários postos de luta em Setembro de 1975.

Aqueles homens, que estiveram naquela luta inglória que travaram, sabem ouvir os responsáveis e sabem dialogar, que é aliás o que pretendiam em Setembro de 1975, mas que não conseguiram, ninguém quis ouvi-los, ninguém quis falar-lhes, ninguém quis dialogar.

Os deficientes das F.A. ficaram satisfeitos com as palavras do Presidente da C.M.R.A..

Ficaram a aguardar a concretização das promessas. Gostariam de ouvir palavras semelhantes dos chefes militares e dos governantes, gostariam que as Forças Armadas e a Na-



Aspecto do diálogo que relatamos

Foto Estudos ADFA

(Continua na pág. 6)

EDITORIAL

O novo Primeiro Ministro, ao referir-se à actuação do Governo, falou dos Deficientes. Ao falar dos deficientes o chefe do Governo toca numa das grandes feridas deste País. Ao falar dos deficientes, o chefe do Governo acalenta muitas esperanças em milhares de Portugueses que esperam há anos por justiça.

Mas não basta falar dos deficientes nem acalantar esperanças. Torna-se necessário e urgente aqui. É urgente que se tomem medidas concretas, a nível governamental, tendentes a resolver situações gritantes que não podem aguardar mais, sob pena de jamais se poder perdoar a quem manda e governa se continuar a ignorá-las ou a empurrá-las para a margem.

Mas, se bem nos recordamos, o primeiro Ministro do VI Governo Provisório, no acto de tomada de posse, também se referiu aos deficientes, nomeadamente aos deficientes das F.A. também fez promessas, também acalentou esperanças. O cumprimento dessas promessas não foi feita pelo VI Governo Provisório, antes pelo contrário, empenhou-se profundamente na não satisfação das reivindicações justas dos deficientes das F.A.

Não queremos insinuar que com primeiro Governo Constitucional se vai passar o mesmo que se passou com o último Governo Provisório. Mas aguardamos com expectativa as medidas (ou a não existência de medidas) do Governo para lançar as bases de uma política de reabilitação dos deficientes em Portugal.

Constará isto dos planos e das intenções do Governo? Não sabemos. Sabemos, isso sim, que isto consta das necessidades dos deficientes. Satisfazê-las ou não compete ao Governo. E um Governo pode governar bem ou mal. Esperamos que os deficientes concluam que o Governo governa bem.

QUAL É A CORRECTA?

Prosseguindo esta rubrica indicada no número anterior, apresentamos aos nossos leitores uma nova série de perguntas, onde se porão à prova os conhecimentos adquiridos, e alguns se «despertarão» do fundo em que «dormiam».

Embora ainda não tenhamos recebido qualquer crítica a esta rubrica estamos em crer que a mesma é do agrado geral.

- 1 — A nave espacial «Viking I» é um engenho destinado (e já atingiu) a chegar a :
 - a) Saturno
 - b) Lua
 - c) Marte
- 2 — A debulha do feijão faz-se nos meses de :
 - a) Janeiro / Março
 - b) Junho / Agosto
 - c) Setembro / Novembro
- 3 — A folha da oliveira é :
 - a) Para pinolada
 - b) Lanceolada
 - c) Digitada
- 4 — O filme português «Deus, Pátria e Autoridade», teve a realização a cargo de :
 - a) Rui Simões
 - b) Alfredo Tropa
 - c) Eduardo Geada
- 5 — A sociedade história encontra-se instalado no:
 - a) Convento de St.º Cruz - Coimbra
 - b) Torre dos Cléricos - Porto
 - c) Palácio da Independência - Lisboa
- 6 — A A conhecidíssima Opera «Carmen» é da autoria de :
 - a) Verdi
 - b) Mozart
 - c) Bizet
- 7 — A obra literária «Por quem os sinos dobram» é da autoria de :
 - a) Ernest Hemingway
 - b) Bernard Shaw
 - c) Edgar Poe
- 8 — O atleta português José Carvalho qualificou-se na final dos 200 metros barreiras nos Jogos Olímpicos de Montreal em :
 - a) 8.º Lugar
 - b) 5.º Lugar
 - c) 4.º Lugar
- 9 — A Associação dos Deficientes das Forças Armadas tem :
 - a) 10 Delegações
 - b) 9 Delegações
 - c) 8 Delegações
- 10 — Benjamin Franklín foi o inventor do :
 - a) Pára - raios
 - b) Locomotiva
 - c) Telefone

RESPOSTAS :
 1 — C); 2 — B); 3 — B); 4 — A); 5 — C);
 6 — C); 7 — A); 8 — B); 9 — A); 10 — A).



VIDA

A S S O
 C I A
 T I V A

COMISSÃO MILITAR DE REABILITAÇÃO E ASSISTÊNCIA

Conforme noticiámos na primeira página deste número a C.M.R.A. (Comissão Militar de Reabilitação e Assistência) reuniu no Lar Militar em Lisboa com os Deficientes das Forças Armadas aí residentes. O ponto fundamental da reunião foi a revisão processual. Aliás, conforme palavras do próprio Presidente da C.M.R.A., a Comissão de momento, preocupa-se apenas com este aspecto, que, além de fundamental, é urgente.

Conforme está consignado na Portaria N.º 73/76, regulamentadora do Decreto-Lei N.º 43/76, compete à C.M.R.A., além de outras atribuições, estudar e informar, por meio de parecer, os requerimentos e exposições individuais dos DFA ou das respectivas Associações, a fim de contribuir para a preparação dos despachos a exarar pelas entidades competentes.

Acontece que alguns requerimentos foram já despachados pelo Chefe de Estado Maior sem o respectivo processo constar qualquer informação ou parecer da C.M.R.A.

De entre esses requerimentos despachados muitos foram indeferidos. Estamos aqui perante um despacho ilegal que terá forçosamente que ser revisto. A C.M.R.A. irá diligenciar nesse sentido. Sabe-se, infelizmente, que muitos, mesmo muitos, requerimentos, mesmo acompanhados do parecer da C.M.R.A., serão indeferidos, porque o Decreto-Lei 43/76 não contempla os requerentes. Quanto a estes casos, ponto sensível de toda a problemática dos DFA e da luta que vêm travando, a C.M.R.A. está disposta a trabalhar activamente e dentro da perspectiva justa dos deficientes. Esse trabalho poderá consentir no estabelecimento de uma interpretação clara da definição de DFA da alteração da redacção clara e transparente, ajustada às reivindicações da ADFA e à satisfação das necessidades da maioria dos DFA.

Além disso, e de molde a que os processos de revisão processual sejam organizados da forma mais eficiente, que só beneficiará o deficiente requerente é importante que o interessado apresente no seu requerimento o máximo de promotores relativos ao seu acidente ou doença, as circunstâncias em que os mesmos ocorreram, testemunhas, etc; a fim de se poder detectar toda a realidade da ocorrência que em muitos casos se encontra detur-

pada e que contribuiu determinadamente para um despacho negativo na altura.

Todos os Deficientes das F.A. que façam o pedido de revisão processual deverão enviar cópia do mesmo à C.M.R.A. (Ministério da Defesa — Praça do Comércio — Lisboa), a fim da Comissão poder começar logo a recolher todos os dados para dar o seu parecer.

O prazo para o pedido de revisão processual dos deficientes que não estão abrangidos pelo Decreto-Lei 43/76 e pretendem ser abrangidos pelo mesmo término, seguindo a Portaria N.º 162/76 de 24 de Março, e a de 24 de Setembro; pelo que se torna urgente que os interessados façam o seu pedido de revisão processual o mais rápido possível.

A ADFA já solicitou à C.M.R.A. que diligenciasse no sentido de o prazo ser prorrogado, mas ainda não obteve resposta.

REUNIÃO DO SECRETARIADO NACIONAL

No dia 24 de Julho realizou-se mais uma reunião do Secretariado Nacional da Associação. Esta reunião teve lugar na Delegação do Porto. O ponto fundamental desta reunião foi a reformulação do orçamento da Associação para o 2.º Semestre de 1976, de acordo com as necessidades das várias zonas. Dado a dificuldade com que a Associação se debate relativamente à disponibilidade de verbas não foi possível atender a todas as necessidades e empreendimentos, tendo sido levado em consideração apenas os mais urgentes.

Além desta questão o Secretariado Nacional analisou outros assuntos relativos à condução da Associação, tomando as medidas adequadas.

A próxima reunião de Secretariado Nacional realizar-se-á no dia 7 de Agosto, em Lisboa, na Sede da Associação. Um dos pontos mais importantes a discutir nesta reunião será a legislação dos Deficientes das Forças Armadas esperando-se que sejam levados em consideração as grandes injustiças que estão a ser praticadas na sequência da publicação do Decreto-Lei 43/76 e que a ADFA tome medidas concretas, tendentes a anular essas mesmas injustiças.

PÁGINA CULTURAL

A POESIA É A ARTE-VIVA. A SUA ASSIMILAÇÃO, ALÉM DE INSTRUTIVO, PROVOCA-NOS REACÇÕES FACILMENTE COMPREENSÍVEIS QUANDO, LIDA OU ESCUTADA ATENTAMENTE, COM O ESPÍRITO ABERTO À CRÍTICA. À OBJECTIVIDADE E PROFUNDIDADE QUE A POESIA ADQUIRE, VARIA COM O POETA. A POESIA, COMO QUALQUER OUTRA FORMA DE ARTE, TEM DUAS OPÇÕES: — OU ESTÁ A FAVOR DO POVO, DO POVO TRABALHADOR E EXPLORADO; OU ESTÁ CONTRA ESTE A FAVOR DOS EXPLORADORES. PODEREMOS AINDA CONSIDERAR A POESIA QUE NÃO DEFENDE NEM ATACA NENHUMA CLASSE, ISTO É, A POESIA ROMÂNTICA OU NÃO INTERVENCIONISTA.

HOJE A LITERATURA DEIXOU DE PODER SER INOCENTE. ELA TEM QUE SER OBJECTIVA E PÔR-SE AO SERVIÇO DA EMANCIPAÇÃO POPULAR.

PARA MELHOR COMPREENSÃO DA ARTE POÉTICA E A SUA FUNÇÃO, CITAMOS MAIAKOVSKI QUE NOS AFIRMA:

PRIMEIRO / É PRECISO / TRANSFORMAR A VIDA / PARA CANTÁ-LA / EM SEGUIDA.

É ESTA «TRANSFORMAÇÃO DA VIDA», DA MANEIRA DE PENSAR E AGIR QUE NÓS PRETENDEMOS LEVAR A TODOS COM A DIVULGAÇÃO DE POETAS, CONSAGRADOS OU NÃO, ATRAVÉS DESTA RUBRICA DO NOSSO «ELO».

CABE-NOS DIZER QUE É NOSSA INTENÇÃO, DIVULGARMOS SEMPRE, PELO MENOS, UM POETA NACIONAL NESTA RUBRICA.

Devido à opinião mais ou menos generalizada dos nossos leitores — a maioria — decidimos continuar a apresentar a página cultural com poemas de vários autores, ao contrário do que costumávamos fazer.

Queremos aproveitar as críticas, sugestões e vamos encorajamento dos nossos leitores para os lembrarmos que estamos à espera da colaboração de todos. Até agora apenas temos divulgado poemas já publicados em livros, mas é nossa intenção fazermos esta página com a colaboração dos nossos leitores.

Esperamos que muito brevemente tal será possível, mas até lá somos forçados a prosseguirmos nos mesmos moldes.

MONANGAMBÉ

Naquela roça que não tem chuva
é o suor do meu rosto que rega as
plantações

Naquela roça grande tem café
maduro
e aquele vermelho - cereja
são gotas do meu sangue feitas
seiva.

O café vai ser torrado,
pisado, torturado,
vai ficar negro, negro da cor do
contratado

Negro da cor do contratado!

Perguntem às aves que cantam,
aos regatos de alegre serpentar
e ao vento forte do sertão:

Quem se levanta cedo? quem vai à
tonga?

Quem traz pela estrada longa,
a tipóia ou o cacho de déndén?
Quem capina e em paga recebe
desdém

fuba podre, peixe podre,
panos ruins, cinquenta angolares
porrada se refilares.

Quem?

Quem faz o milho crescer
e os laranjais florescer

— Quem?

Quem dá dinheiro para o patrão
comprar
máquinas, carros, senhoras
e cabeças de pretos para os
motores?

Quem faz o branco prosperar,
ter a barriga grande — ter
dinheiro?

— Quem?

E as aves que cantam,
os regatos de alegre serpentar
e o vento forte do sertão
responderão:

— Monangambé

Ah! Deixem-me ao menos subir às
palmeiras
Deixem-me beber marujo, marujo
e esquecer diluído nas minhas
bebedeiras

— Monanganhé

GRITO

Homens acordai! ...
Todos! Em qual! ...
Ressoa o grito em Portugal ...

É imperioso! É urgente!
A escravidão existe.
A fome persiste.
Quem o contrário disser: Mentel!

Abri os olhos. Olhai ...
Vedes o que eu vejo?
Não é miragem, não!
Em Portugal há gente abaixo de cão

Olha ali, aquela velha a esgravatar
o lixo.

Olha-a bem! ...
(Olhai burgueses, também!)
Sabeis o que procura?
Os restos de comida que possam
ter ...

E sabeis para quê?
Não é para dar ao cão, não!
É PARA ELA COMER!!
É PARA ELA COMER!?

Que sentis homens tranquilos?
A vossa confiança não foi abalada?
— Então, grito-vos cheio de ódio!
Sois porcos, sabujos, enpedernidos...
Não valeis nada! ...

Olhai ali, além ...
Naquela barraca mora gente como
tu.

Feitos da mesma carne, do mesmo
sangue.
E, olha a criança que à porta está!
— Descalça, rota, esfarrapada.

Rosto exangue,
subalimentada.
Procura, no sol de Inverno, o
calor que a roupa não dá.
Mas ... repara «homem de bem»,
cheio de agasalhos
A criança não é um fantasma, não!
— É um ser como tu ...
Ouviste? Um ser como tu! ...
Que chora de frio,
Como tu chorarias, se tivesses,
a sua condição.

Que dizes agora?
Será que nada vos abalou?
Será que dentro de vós, nada de
sensível retina e chora?
Então ... se assim aconteceu:

Para que serve a canção que tu
cantas
Os filhos que beijas com amor?
O lar que tens?
O trabalho que realizas?
Os teus ideais?

Se tu — não és mais que uma pedra
que se move, se a movem
que fica quieta, se a deixam estar
que fere se atinge alguém
que, só dentro tem
moléculas em movimento.
E, se desabar o Mundo? ...
Pouco lhe importa ...
Desde que — esteja bem.

PRIMEIRO CANTAR SOBRE A ÍNDIA

«Quem se atrevia a afirmar
que a nação se arruniava»
Oliveira Martins

Lisboa morre de fome
debaixo dos seus alpendres

a mesma fome
dos campos

O rei não paga
O que pede
de juros exorbitantes.

Quem se atreve a afirmar
que a nação se arruina?

Vêm cheias de brilhantes
as naus que tornam
da Índia.

Os fidalgos trazem
escravos
e sapatos de pelica.

O pão não canta
no campo
nem os homens nas ruínas.

Que faz o rei
pelos campos donde os homens
se afugentam?

Lisboa constrói
a fome

e os fidalgos
opulentos.

A cânfora e a cambraia
não alimentam o povo

que faz o rei
da fazenda
e das rendas do tesouro?

Saem os homens
sedentos
das naus que vão para a Índia.

Lisboa constrói
a fome

E os campos sem os homens
quem será que os afirma?

O MANUAL DE GUERRA ALEMÃO

Diz o pintor:
Quanto mais canhões houver
Mais duradoura será a paz.

Lógicamente deveria dizer-se:
Quanto mais sementes se semearem
Menos cereais haverá.

Quanto mais gado for morto
Menos carne teremos.
Quanto mais neve se derreter nos
montes

Menos água hoverá nos rios.

Muitas coisas aumentarão com a
guerra

Aumentarão
As posses dos poderosos.
E a pobreza dos que nada têm
Os discursos dos governantes
E o silêncio dos governados.

O Fuhrer dir-vos à: a guerra
É para quatro semanas — no
Outono

Já estareis de volta. Mas
O Outono virá e passará
E de novo há-de vir e muitas vezes
ainda há-de passar
Sem que de volta estejais.

O pintor dir-vos-à: as máquinas
Encarregar-se-ão de tudo — muito
poucos

Serão os mortos. Mas
Vós morrereis às centenas de
milhar, tantos

Que em tempo algum, ou terra
alguma, se viu morrer assim.

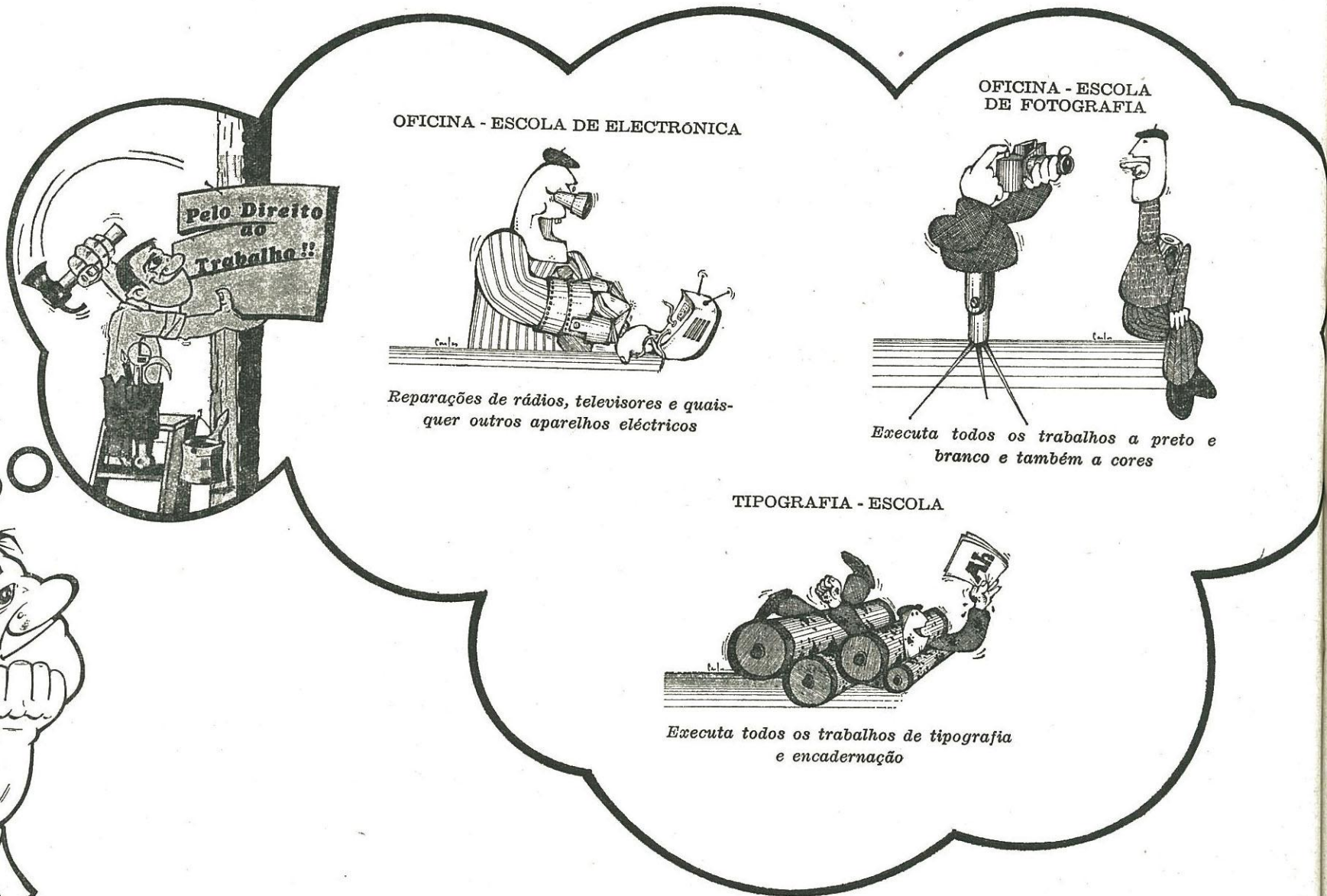
Quando eu ouvir dizer que estais
no cabo Norte,
ou na Índia, ou no Transval, sabe-
reis apenas

Em que lugar poderão um dia ser
encontrados os vossos tímulos.



Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Divisão comercial e oficinas protegidas



PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA
Largo de S. Domingos — Telef. 36 21 67 LISBOA

CONSULTANDO as nossas oficinas-escola está a colaborar com a reabilitação e reintegração dos Deficientes das Forças Armadas.

Causas do atraso

Novamente, para além do profundo pesar que tal nos causa, vimos pedir as nossas maiores desculpas aos nossos leitores em geral pelo atraso que ainda se continua a verificar no nosso jornal.

Pensávamos ser possível que, a partir deste número o ELO passaria a «andar em dia». Infelizmente tal, ainda, não nos foi possível apesar da nossa maior vontade em «acertar» o jornal.

Para além das razões que temos vindo a apontar, surgiu neste número, à última hora, uma deficiência técnica que por tal, o ELO teve que ser alterado. Esta anomalia que vem agravar ainda mais o ELO, provocou simultaneamente a redução do número de páginas.

Assim, tanto este como, possivelmente, os próximos dois números sairão apenas com seis páginas.

Estamos certos que, por parte dos nossos leitores, haverá boa receptividade para o nosso pedido de desculpa.

Queremos aproveitar para, mais uma vez, lembrarmos que esperamos, aqui na Redacção, a colaboração de todos com vista ao melhoramento do nosso ELO.

Assinar o «ELO» significa estar de acordo com um conjunto de ideias e sobretudo apoiar os Deficientes na SUA LUTA.

Recorte e envie para o JORNAL «ELO» — Palácio da independência — Largo de S. Domingos — LISBOA

QUEIRAM CONSIDERAR-ME ASSINANTE DO VOSSO JORNAL

NOME

MORADA

ANUAL 100\$00

SEMESTRAL 50\$00

Marque com um X no quadrado respectivo.

Leia assine e divulgue jornal o "ELO"

NOTICIÁRIO

1.º Governo Constitucional da II República

Após seis Governos Provisórios, encontra-se já constituído o 1.º Governo «definitivo» da República Portuguesa.

Tal como diziam certos órgãos de informação e os próprios responsáveis do Partido Socialista, este Governo iria ser e foi formado à base do P. S.

Recordamos algumas passagens do discurso da tomada de posse do novo primeiro-ministro — Mário Soares.

— «Um Governo Socialista assegurará a todas as correntes de opinião, política ou religiosa, em pé de igualdade proporcional à sua importância numérica, o livre acesso aos meios de comunicação social estatizado. Uma das prioridades do Governo será, precisamente, estabelecer certas normas para a imprensa estatizada e para a utilização da Rádio e da Televisão».

Por seu turno, Manuel Alegre, secretário de Estado da Comunicação Social e porta-voz do novo Governo disse: «A comunicação social tem uma função de grande importância e ir-me-ei bater por uma informação livre e digna. A minha primeira preocupação será a de pôr em prática o que está consignado na Constituição, assegurar a objectividade, o pluralismo ideológico e dignificar a função do jornalista».

Entretanto o tenente-coronel Costa Brás, ministro da Administração Interna declarou que tinha



Mário Soares e Ramalho Eanes, respectivamente Primeiro Ministro e Presidente da República

«muitas preocupações». Ao ser-lhe perguntado sobre o estado actual do Rossio diria que «já uma vez ali interviera — no caso dos vendedores ambulantes — e que não tinha sido preciso bater em ninguém».

Mais tarde o ministro da Educação, Sotto-Maior Cardia salientou que o seu Ministério «se bateria para assegurar nas Escolas o pluralismo e o respeito por todos e para instalar na escola portuguesa um clima de confiança entre docentes e discentes».

O ministro dos Assuntos Sociais, Armando Bacelar, afirmou que o «objectivo prioritário do seu Mi-

nistério era a realização do que prescreve a Constituição no que diz respeito aos assuntos sociais».

O ministro Lopes Cardoso, responsável pelo Ministério da Agricultura, afirmou por seu turno que «não haverá alterações fundamentais à Reforma Agrária».

Almeida Santos que agora é ministro da Justiça declarou que «farei tudo o que estiver ao meu alcance no sentido de normalizar alguns aspectos da vida portuguesa, nomeadamente no que diz respeito à violência e à dinamização da Polícia Judiciária».

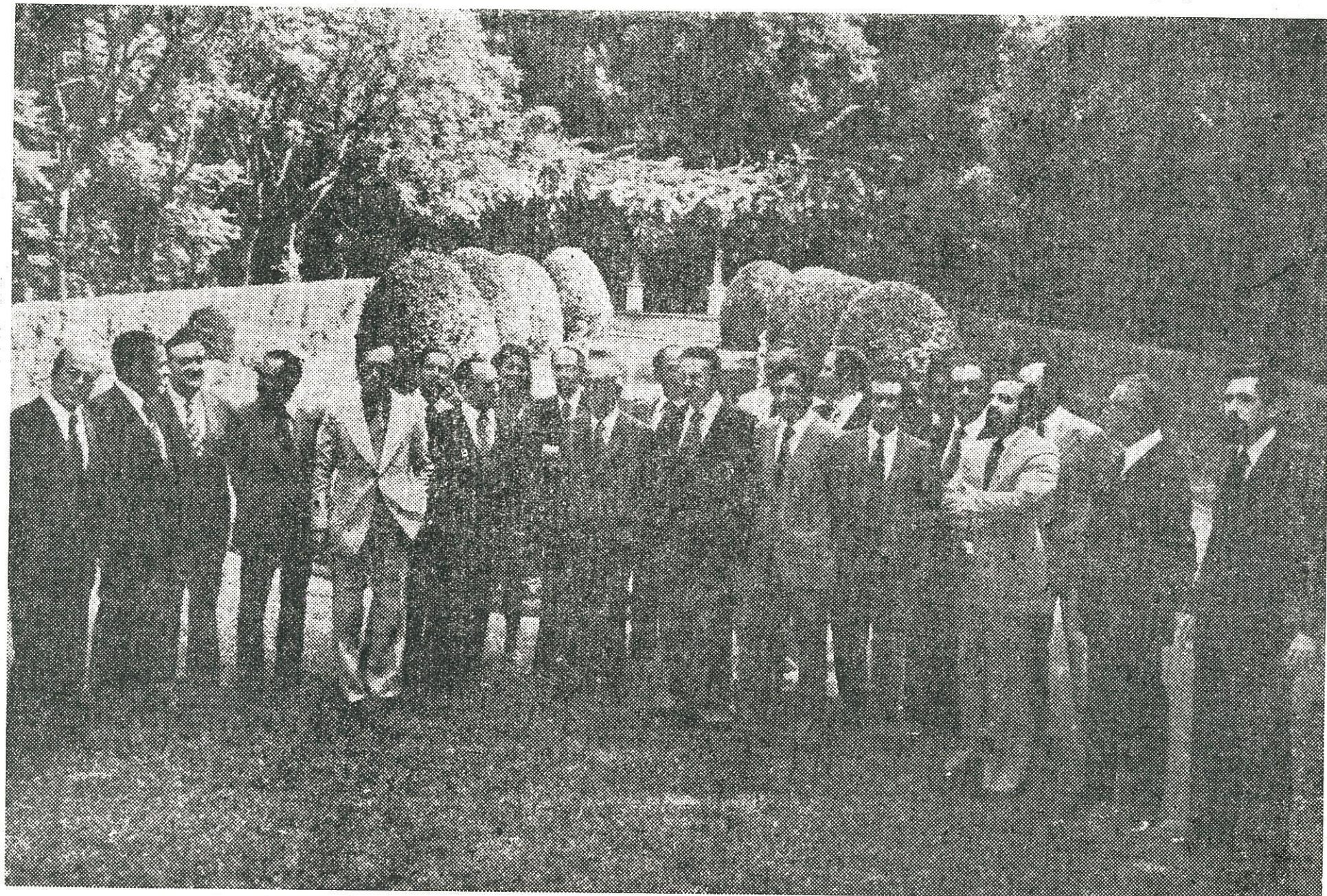
Por seu turno o ministro dos Ne-

gócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira salientou que «haverá com certeza uma prioridade com a Europa, mas sem descuidar, de maneira nenhuma os laços ecuménicos que nos ligam a todos os países». Afirmou ainda que «será mantida a política portuguesa em relação aos países do terceiro Mundo, contudo temos que ter em conta que pertencemos ao mundo ocidental no que respeita a blocos. Só quando não se falar de blocos é que podemos pensar numa política mais ágil e mais liberta». Quanto às relações com a China disse estar convicto que em breve se encetariam relações diplomáticas.

O ministro da Coordenação Económica e Planeamento, Sousa Gomes, afirmou que «as garantias que este Governo dá serão as de manter as conquistas dos trabalhadores e ao mesmo tempo conseguir que a economia com base nessa nova situação de confiança e desenvolvimento, permita não só manter essas conquistas como desenvolvê-las e dar um novo quadro de prosperidade a este País».

Por último deu entrada em São Bento o actual ministro do trabalho Marcelo Curto, que disse que no seu ministério «estamos dispostos a avançar e a resolver imediatamente, os problemas mais urgentes, como seja os do controlo e da contratação colectiva».

Quanto ao problema específico dos padeiros o novo responsável pelo Ministério do Trabalho, disse que havia já emitido uma nota oficiosa segundo a qual foi já constituída uma comissão técnica encarregada de elaborar uma portaria de regulamentação de trabalho de acordo com a proposta do sindicato.



Elenco Governamental fotografado nos jardins da residência Oficial do Primeiro Ministro

C M R A no Lar Militar

(Continuação da pág. 1)

ção cumprissem definitivamente o dever que têm para com eles.

C M R A

No passado dia 22 do corrente, reuniu-se no Lar Militar, a Comissão Militar de Reabilitação e Assistência (C.M.R.A.).

Aquela comissão é constituída por três oficiais dos três ramos das Forças Armadas, e ainda por um delegado da A.D.F.A.

O director do Lar Militar, iniciou a reunião fazendo uma exposição sobre a situação dos Deficientes das Forças Armadas nomeadamente dos que vivem no Lar. Salientou que seria necessário fazer-se uma revisão dos processos de incapacidade.

Após breve historial sobre a luta travada pelos Deficientes das Forças Armadas, em Setembro passado, para que fosse promulgado em decreto que abrangesse a todos e não só a uma minoria como se verifica, declarou que o Decreto-Lei 43/76 não deu resolução aos problemas mais latentes e levantou grande disparidade entre os D.F.A. de campanha e de serviço.

Reportando-se aos 64 grandes Deficientes que habitam no Lar, dividiu-os em 3 grupos:

- 1 — Os Deficientes em Campanha;
- 2 — Os Deficientes em Serviço;
- 3 — Outros.

Quanto aos D.F.A. em campanha quase todos já têm os seus processos resolvidos e os outros a caminho de resolução. Mas neste grupo de deficientes, como nos outros, as pensões atribuídas são variáveis de província para província.

Quanto aos deficientes considerados em serviço, muitos deles necessitam de revisão de processo, pois a deficiência contraída deveria ser qualificada em campanha e não em serviço.

Por fim temos o grupo dos Deficientes que nada recebem cuja situação é mais dramática que a de qualquer outro.

O director do Lar Militar pôs em destaque alguns casos em que há mais de três anos que os interessados andam à procura dos respectivos processos sem que haja uma entidade responsável que lhes diga onde os mesmos se encontram.

Outra das grandes lacunas do Decreto-Lei 43/76 é a que faz referência aos Deficientes

não considerados por aquele diploma terem que abandonar — neste caso o Lar Militar — após serem considerados «curados». Ora é do conhecimento geral que um tetra ou paraplégico dificilmente chegam à situação de «curados». Além desta lacuna existe outra, que segundo o D.L. iriam ser criadas instituições para deficientes, mas que sabemos, até à presente data nada se fez, nem sequer se projectou.

Outros considerandos se seguiram, como o dos Deficientes que não foram considerados nem em serviço, nem em campanha e que conseqüentemente o Estado não lhes atribui qualquer pensão.

Salienta-se que neste caso muitos há que estão totalmente incapacitados para angariar os meios de subsistência necessários.

nem todos os autos estão devidamente elaborados. Muitas vezes certas imprecisões na elaboração do auto são derivadas por falta de conhecimentos.

Noutro passo da sua intervenção que foi do agrado geral, pela maneira clara como apontava os problemas e pela firme determinação de defender todos os que foram marginalizados, pediu a compreensão para as possíveis demoras que as revisões processuais possam ter. Tais demoras devem-se ao facto do reduzidíssimo número de pessoas que estão a trabalhar nos mesmos.

REVISÃO DOS PROCESSOS

Continuando, o coronel Dias explicou aos presentes, que, todos os que quiserem revisão

foram vítimas de acidentes e com posterior perda de validade, não recebem qualquer pensão, em contrapartida se nesse mesmo período fossem atropelados, por exemplo, o Estado receberia uma indemnização por tal motivo.

A estes e outros casos o coronel Dias deu a sua opinião, satisfazendo as perguntas, apontando os caminhos a seguir, enfim durante a reunião, reinou de princípio ao fim, uma atmosfera de camaradagem, de compreensão, de amizade.

Estamos certos que a Comissão Militar de Reabilitação e Assistência não será mais um organismo ou mais uma comissão. Estamos certos que a C.M.R.A. vai ser uma porta onde todos os deficientes poderão bater, apresentar os seus problemas e aguardar uma resolução, por parte desta, justa.

O caminho é longo. A tarefa é árdua. Mas, os homens que sabem ter a justiça ao seu lado, lutam e lutarão até atingirem os seus justos propósitos.

Estamos convictos, de que a C.M.R.A., não será mais um «organismo», mas que será um conjunto de pessoas que se debruçará na complexa problemática dos Deficientes das Forças Armadas.



Camaradagem efectiva. Franqueza total

Foto Estudos ADFA

UM PASSO EM FRENTE

Após a exposição do Director do Lar Militar seguiu-se a intervenção do sr. coronel Dias, Presidente C. M. R. A. Como atrás dissemos esta Comissão Militar de Reabilitação é composta por 4 pessoas:

- por parte do Exército
 - Coronel Dias
- por parte da Marinha
 - Comandante Pacheco;
- por parte da Força Aérea
 - Tenente coronel Oliveira
- por parte da A.D.F.A.
 - Capitão Maurício

O sr. coronel Dias, mostrou-se interessado e com uma vontade inquebrantável na resolução justa que cabe a todos aqueles que se deficientaram ao serviço das Forças Armadas. Explicou ainda que cabe à C.M.R.A. estudar os processos e apontar as respectivas resoluções.

Mais adiante reconheceu que

de processos devem dirigir-se à C.M.R.A. enviando todos os dados possíveis, afim de se tornar mais rápida a revisão.

Para tal basta, segundo as suas próprias palavras, enviar uma simples folha de papel com a identificação completa, número mecanográfico, pelotão, companhia, unidade mobilizadora, nome das testemunhas, dos médicos e enfermeiros etc., uma identificação o mais detalhada possível.

Entretanto comprometem-se a por à disposição dos interessados umas folhas-inquéritos que se tornarão mais fáceis para todos.

Após a sua intervenção seguiu-se um diálogo franco em que se apontavam casos concretos, dos quais se inteirou e prometeu estudá-los a fundo para se chegar a uma conclusão aceitável.

Um dos intervenientes no debate, salientou que casos há em que certos individuos que



A FORÇA
JUSTA
DAS VÍTIMAS
DUMA
GUERRA
INJUSTA